

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2025

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP.

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA RELACIONADOS A ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 188.844,75

DATA DA SESSÃO

12/12/2025

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Das 08h30 do dia 27 de novembro de 2025 às 08h30 do dia 12 de dezembro de 2025.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Às 09h do dia 12 de dezembro de 2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA

ABERTO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADA

NÃO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2025
(Processo Administrativo nº 159333/2025)

Torna-se público que o(a) Município da Estância Turística de Olímpia/SP, por meio da Secretaria Municipal de Gestão e Cidade Inteligente, sediado(a) Rua Nove de Julho, nº 1.054 – Patrimônio de São João Batista – CEP: 15.400-085, realizará licitação, para contratação de serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

- 1.1 – O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA RELACIONADOS A ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 – A licitação será realizada em único item.

2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no **CRC – Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia**. (<https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>).
- 2.1.1 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no CRC até o segundo dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou unidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5 – Não poderão disputar esta licitação:
- 2.5.1 – Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.5.2 – Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5 – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, concorrendo entre si;

2.5.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 – agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 – O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 – O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da

contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11 – A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12 – Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.12.1 – Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 – Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no Edital.

3.4 – Na fase de habilitação, o licitante declarará, através da declaração única presente no Anexo V:

3.4.1 – Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5 – O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 – A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de

juízo, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 – O licitante deverá enviar sua proposta, exclusivamente através do site <https://licita.olimpia.sp.gov.br:8096>, quando deverá ser selecionado o Pregão desejado, e deverá preencher os seguintes campos:

4.1.1 – Valor;

4.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 – O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3 – Nos valores propostos deverão ser de forma unitária (com aproximação de, no máximo, **duas casas decimais**), e neles estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto,

4.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 – O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO ITEM**.

5.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**ABERTO**”.

5.9 – No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema.

5.9.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

5.9.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.9.4 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.9.5 – Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.16.1 – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2 – A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21 – O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22 – É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 – DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 – Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia – CRC, realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096>.

6.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4 – Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Receita Federal;

6.1.5 – Cadastro de empresas apenadas, pelo site do TCESP <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apedados>, publicada mensalmente no Diário Oficial do Estado.

6.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de consideração de participação.

6.4 – Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024.

6.7 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 – contiver vícios insanáveis;

6.7.2 – não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 – apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 – apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 – Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 – Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 – Em contratação de serviços de obras e engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1 – No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.11 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da aquisição no objeto.

7 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia – CRC, realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096>.

7.2 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 – Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 – Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 – Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econô-

mico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento)

7.5 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticação feita por servidor público da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, ou outro meio legal.

7.6 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7 – Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8 – O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.9 – A habilitação será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia – CRC, realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096>, nos documentos por ele abrangidos.

7.10 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia – CRC, realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096>. e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12 – A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia – CRC, realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096/>. serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

7.13 – A verificação no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia – CRC, realizado através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096> ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2 – Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal,

quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para Lei 14.133/21, art. 64, e art. 36 §4, Decreto Municipal 9.039/24.

7.14.1 – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2 – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.17 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18 – Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8 – DO CONTRATO

8.1 – Das Condições

8.1.1 – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1.1 – O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

8.1.2 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.1.4 – O contrato será assinado por meio de assinatura digital certificada e disponibilizado no sistema.

8.1.5 – Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas,

outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

8.1.6 - Deverá apresentar:

(a) Relação da equipe técnica especializada e disponível para a realização do objeto desta licitação, incluindo o profissional qualificado que comprove a sua capacitação técnica.

(b) Relação das instalações, aparelhamento e equipamentos, que serão utilizadas para a execução dos serviços.

8.2-Condições de execução

8.2.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2.1.1 – Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato;

A descrição da quantidade dos projetos elétricos e de horas de consultoria a serem contratadas estão descritas na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD
1	01.17.111 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	45
2	01.17.121 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	12
3	Engenheiro sênior de elétrica mais encargos sociais	H	880

8.2.1.2 Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras.

8.2.1.3 O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com as normas ABNT NBRs aplicáveis ou no padrão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes.

Apresentados conforme relação abaixo:

Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AutoCAD, em sua versão mais recente, ou por programas que possuam recursos de modelagem BIM, tais como Revit, e apresentados da seguinte forma:

Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para a execução do projeto executivo;

A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão .dwg, .BIM ou Revit, a critério da contratante.

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WORD ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:
Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;

Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls.

8.2.1.4 O item não contempla fator K e BDI.

8.2.1.5 Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras.

8.2.1.6 O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com as normas ABNT NBRs aplicáveis ou no padrão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A0; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes.

Apresentados conforme relação abaixo:

a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AutoCAD, em sua versão mais recente, ou por programas que possuam recursos de modelagem BIM, tais como Revit, e apresentados da seguinte forma:

Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para a execução do projeto executivo;

A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão .dwg, .BIM ou Revit, a critério da contratante.

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WORD ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;

Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls.

8.2.1.7 O item não contempla fator K e BDI.

8.2.1.8 A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 48 horas após a entrega da Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Engenharia.

8.2.1.9 É responsabilidade da contratada informar a previsão de conclusão dos serviços para fins de planejamento da secretaria.

8.2.2.0 O local de entrega dos serviços será determinado pela contratante conforme demanda dos serviços solicitados.

8.2.2.1 Os projetos deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, e caso necessário, devem ser modificados quantas vezes for, conforme as condições reais estabelecidas pela Prefeitura e demais órgãos na esfera municipal, estadual e federal, responsáveis pelas devidas aprovações.

8.2.2.2 – Para cada serviço solicitado, a Contratada deverá apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, em conformidade com a legislação vigente. Deverão ser entregues, ainda, o memorial descritivo, memorial de cálculo, plantas e projetos básicos/executivos (em formato DWG, Revit ou BIM), bem como a planilha orçamentária sintética e analítica correspondentes. Por fim, deverá ser apresentado o Cronograma Físico-Financeiro específico da obra, contemplando as etapas de execução, prazos e desembolsos previstos, quando solicitado.

8.2.2.3 – O prazo máximo para entrega de cada escopo/projeto solicitado será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação formal enviada por e-mail pela Contratante. A solicitação concomitante de mais de um escopo/projeto não alterará o prazo estipulado, permanecendo 10 (dez) dias úteis para cada um. Dependendo da complexidade do objeto, a Contratada poderá solicitar prazo adicional, igual ao inicialmente previsto, mediante justificativa e concordância da Contratante.

8.2.2.4 – Até três (03) revisões para fins de compatibilização do projeto/escopo deverão ser realizadas sem quaisquer custos adicionais à Contratante, desde que não impliquem alterações no projeto arquitetônico.

8.2.2.5- Todo projeto/escopo de reforma ou ampliação deverá, obrigatoriamente, ser precedido de visita técnica in loco, a ser realizada pela Contratada, visando à verificação detalhada das condições do local, identificação de possíveis restrições e interferências, bem como à obtenção de informações necessárias para a elaboração adequada do projeto. O não cumprimento desta exigência não eximirá a Contratada de suas responsabilidades técnicas.

Local e horário da prestação dos serviços

8.2.3 – As condições e os prazos para que sejam apresentados os projetos, serão estabelecidos para cada um conforme necessidade e nível de urgência definido pelo poder público municipal. Na maioria dos casos a prestação de serviço de consultoria técnica será presencial, no entanto ela não necessariamente precisa ocorrer no âmbito da consultoria, devendo, entretanto, a CONTRATADA visitar os locais para os quais se destinam os projetos. Sendo os equipamentos, deslocamentos e demais custos referentes a sua prestação correrão às custas da contratada.

Materiais a serem disponibilizados

8.2.3.1 – Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar

os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios que julgar necessários e nas quantidades que estimar suficientes.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

8.2.3.2 – A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.2.3.3 – O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

8.2.3.4 – Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8.3 – Do recebimento

8.3.1 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

8.3.2 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3.3 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

8.3.4 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

8.3.5 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.5.1 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.3.5.2 – O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.5.3 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de

2021)

8.3.5.4 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.3.5.5 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3.6 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.3.7 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.3.7.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

8.3.7.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3.7.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.3.7.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.3.7.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.3.8 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.9 – Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3.10 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.4 – Do Reajuste

8.4.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/10/2025.

8.4.2 – O orçamento estimado baseou na consultada das seguintes bases oficiais de composição de custos: Planilha de Custos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) com data-base de maio 2025, Versão 198.

8.4.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.4.4.1 – Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.4.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.4.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.4.8 – O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1 – Liquidação

9.1.1 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.1.2 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.1.2.1 – O prazo de validade;

9.1.2.2 – A data da emissão;

9.1.2.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.1.2.4 – O período respectivo de execução do contrato;

9.1.2.5 – O valor a pagar; e

9.1.2.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.2.7 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.1.3 – A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.4 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

9.1.5 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.6 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.7 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.8 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

9.2 – Prazo de pagamento

9.2.1 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.3 – Forma de pagamento

9.3.1 – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

9.3.2 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.4 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.5 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.1.1 – Gestão/Unidade: 02.12.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura / 02.12.02 – Divisão de Projetos e Obras Públicas

Classificação Funcional Descrição 15.451.0031.2.048
Natureza da Despesa 3.3.90.39.00 OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Dotação 350
Vínculo 01.110.0000 – GERAL;

11 – DOS RECURSOS

11.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 – O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 – O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 – O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 – Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096>.

12 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 12.1.2.1 – Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2 – Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3 – Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4 – Deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5 – Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1 – Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5 – Fraudar a licitação.
- 12.1.6 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1 – Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2 – Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3 – Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.8 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2 – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1 – Advertência;
 - 12.2.2 – Multa;
 - 12.2.3 – Impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2 – As peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4 – Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (zero vírgula trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1 – Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2 – Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15%(quinze por cento) a 30%(trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.5 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades, nos termos do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024.

12.10 – A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 – Qualquer pessoa é parte legítima pedir esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo

encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, por meio eletrônico, na forma prevista neste edital.

13.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 – A impugnação ou pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através do site <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096>, que já possui campo específico para tal fim.

13.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – A fiscalização do contrato em questão, ficará a cargo da **Sr(a). Patrícia Aguiar Banhato**, Engenheira Civil, E-mail: pabanhato@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860 e **Sr. Wellington Rodrigo Corrêa Balbo**, Engenheiro Eletricista, e-mail: wrbalbo@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860, o fiscal acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata.

14.2 – A Gestão do contrato em questão, ficará a cargo do Sr. **Flávio Augusto Santinon**, Engenheiro Especialista, e-mail: fasantinon@olimpia.sp.gov.br, telefone: (17) 3279-4860, o gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas.

14.2 – A presença da fiscalização da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 – O Edital está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://e-licita.olimpia.sp.gov.br:8096>.

15.11 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1 – ANEXO I – Termo de Referência;

15.11.1.1 – APÊNDICE DO ANEXO IA – Estudo Técnico Preliminar;

15.11.1.2 - APÊNDICE DO ANEXO IB – Planilha CDHU

15.11.2 – ANEXO III – Minuta de Contrato;

15.11.3 – ANEXO IV – Termo de Ciência e de Notificação;

15.11.4 – ANEXO V – Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal;

15.11.5 – ANEXO VI – Modelo de Declarações.

Olímpia/SP, 26 de novembro de 2025.

Max Mena

Secretário Municipal de Gestão e Cidade Inteligente

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 159333/2025)

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de projetos executivos e consultoria relacionados à engenharia elétrica, para atender as necessidades do município de Olímpia/sp., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA RELACIONADOS A ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP.	2.01.05.0212-9	SV – SERVIÇO	1

1.2 – O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como continuado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 – O serviço é enquadrado como serviço comuns de engenharia (art 6º, XXI, "a" da Lei 14.133/2021) e continuado tendo em vista tratar-se de necessidade permanente, uma vez que porção substancial das novas obras envolvem projetos elétricos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as razões explicitadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.4 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2.1 – Considerando que a presente demanda não foi contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2025, pois à época de sua elaboração encontrava-se em vigor contrato anterior que atendia a essa demanda. Considerava-se a possibilidade de prorrogação, motivo pelo qual não se previu nova licitação.

Com o encerramento desse contrato e a impossibilidade de sua continuidade, surgiu a necessidade superveniente de nova contratação, a fim de garantir a execução de projetos elétricos indispensáveis ao planejamento e desenvolvimento das obras municipais.

Ressalta-se que se trata de serviço de natureza continuada, por corresponder a necessidade permanente da Administração, uma vez que parcela significativa das novas obras e empreendimentos públicos exige a elaboração de projetos elétricos específicos.

Dessa forma, a contratação ora proposta justifica-se pela imprescindibilidade de assegurar a continuidade dos serviços, evitando a paralisação de atividades essenciais e garantindo eficiência e regularidade administrativa.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA

3.1 – A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 - Por se tratar de contratação restrita à elaboração de projetos executivos e consultoria em engenharia elétrica, não há impactos ambientais diretos decorrentes da execução contratual. Contudo, a atividade de projeto pode influenciar indiretamente na sustentabilidade das obras futuras, motivo pelo qual deverão ser observados, quando aplicável:

Diretrizes de eficiência energética, incentivando soluções de menor consumo de energia elétrica e uso racional dos recursos; Compatibilização com normas ambientais e de sustentabilidade, evitando especificações técnicas que possam gerar desperdício de materiais; Adoção de critérios que favoreçam a logística reversa de materiais e equipamentos, quando cabível, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Assim, embora a contratação em si não produza impactos ambientais significativos, os produtos dela decorrentes (projetos) deverão contribuir para a sustentabilidade e o melhor aproveitamento de recursos públicos, em alinhamento às diretrizes da

Administração Municipal e ao Plano de Logística Sustentável (PLS), quando existente.

Subcontratação

4.2 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 – Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Requisitos técnicos da contratação

4.4 - Os projetos a serem desenvolvidos devem possuir requisitos técnicos básicos para serem aceitos pela Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura da Estância Turística de Olímpia/SP.

Abaixo estão listados os itens que serão fiscalizados e observados para o bom andamento dos trabalhos e para a boa relação entre contratada e contratante.

4.4.1 - Projeto Completo de Instalação Elétrica:

Deverão ser respeitadas as disposições gerais da NBR 5410 e também as normas pertinentes da concessionária de energia, Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

O projeto deverá ter sido previamente aprovado pela CPFL. Sendo a responsabilidade da CONTRATADA sua aprovação, incluindo o fornecimento de todas as cópias que se fizerem necessárias.

O projeto de instalações elétricas deverá contemplar todos os ambientes que compõe as edificações, com rede de energia ininterrupta, proveniente de grupo gerador e normal, conforme projeto arquitetônico, aprovado pela área técnica responsável pelo acompanhamento dos projetos. O sistema de iluminação normal e de emergência deverão considerar cada ambiente das edificações como: pátios, estacionamentos, laboratórios (com suas especificidades próprias), miniauditórios e outros.

4.4.2 Distribuição dos pontos de energia:

Deverá munir os ambientes com pontos de acesso à rede de energia (tomadas), sistemas de iluminação, condicionadores de ar e outros, de acordo com as necessidades de cada ambiente e observando sempre o layout do mobiliário.

4.4.3 Encaminhamentos dos condutores:

Poderá ser de forma embutida no piso, na laje ou na parede e também de forma aparente. Para instalações embutidas todos os circuitos pertencentes ao sistema de iluminação deverão ser encaminhados pela laje e os pertencentes à rede de alimentação das tomadas deverão ser encaminhados pelo piso. Para as instalações aparentes, ficará a critério do engenheiro, encarregado por acompanhar os serviços de elaboração dos projetos, a indicação dos locais de encaminhamento bem como os materiais que deverão ser utilizados.

4.4.4 Projeto Luminotécnico:

Deverá ser observada a natureza de utilização de cada ambiente, bem como a intensidade luminosa adequada, considerando-se também outras questões pertinentes ao projeto luminotécnico, tais como: grau de ofuscamento, densidade de iluminação, índice de reprodução de cores e conforto visual.

4.4.5 Iluminação de Pátio e Estacionamentos:

Consiste em apresentar soluções para as áreas abertas, conforme planta baixas apresentadas, de acordo com as normas técnicas pertinentes e as acordadas com as áreas de arquitetura e engenharia da CONTRATANTE.

4.4.6 Cálculo dos Condutores

Deverão ser consideradas a máxima queda de tensão e capacidade do condutor.

4.4.7 Cálculo dos Disjuntores:

Deverão ser observadas a sensibilidade e a seletividade dos disjuntores, priorizando a utilização de dispositivos diferenciais residuais.

4.4.8 Posto de Transformação:

Deverão ser elaborados os projetos de posto de transformação de média tensão, 13,8 KV, para 440/380 V, 380/220 V ou 220/127 V, conforme necessidade da edificação, bem como os ramais de entrada, a partir do ponto de fornecimento disponibilizado pela concessionária de energia.

O projeto deverá ter sido obrigatoriamente aprovado pela concessionária de energia local, sendo obrigação da CONTRATADA realizar todos os trâmites e arcar com todas os custos exigidos pela CPFL.

Ficará a critério do profissional encarregado de acompanhar os serviços de elaboração dos projetos, definir o tipo de subestação, bem como, a forma de alimentação e ponto de entrada na edificação.

4.4.9 Diagrama Unifilar:

Deverá ser elaborado de acordo com as exigências da NBR 5410 ou, se for o caso, da concessionária de energia. Não serão aceitos diagramas elaborados de forma automática por softwares. Obrigatoriamente no diagrama unifilar deverá constar o tipo do circuito que ele atenderá, bem como o nome dos ambientes que ele contempla.

4.4.10 Quadro de Cargas:

Deverá ser elaborado de acordo com as exigências da NBR 5410 ou, se for o caso, da concessionária de energia. Não será aceito quadro de cargas elaborado de forma automática por computador. Obrigatoriamente deverá ser apresentado o cálculo de demanda de cada edificação, conforme estipulado pela CPFL.

4.4.11 Detalhes:

Todas as soluções apresentadas deverão estar detalhadas. Os projetos deverão ser facilmente entendíveis para os executores. Deverão ser detalhados: a forma de encaminhamento, quadros, a forma de montagem, o posicionamento dos equipamentos e etc.

4.4.12 Identificação de todo o sistema:

Todas as instalações deverão estar identificadas. Apresentando-se um plano de identificação com exemplos e detalhes de todos os seus componentes.

4.4.13 Memorial Descritivo:

O memorial descritivo deverá apresentar às informações necessárias a perfeita execução dos projetos de modo a assegurar, inclusive, o respaldo profissional do autor do projeto.

4.4.14 Especificação de materiais e equipamentos:

Deverá assegurar, de forma inequívoca, a utilização pela obra de materiais de primeira linha. Deverá ser breve e de fácil compreensão e verificável em obra pelo fiscal. A indicação destes materiais poderá ser feita ou acompanhada pelo profissional encarregado de acompanhar os serviços de elaboração dos projetos de Instalações Elétrica. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas deverão possuir concorrentes ou similares, sendo indicadas ao menos em grupos de três.

4.4.15 Quantitativos:

Deverá ser feito o levantamento de todos os materiais, equipamentos e serviços que fazem parte da execução do projeto, assim como suas respectivas quantidades para fins de orçamentação.

Deverá ser apresentado em forma de planilha, observando as unidades utilizadas pelas tabelas oficiais, aceitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e/ou da União, e em caso de falta de referência, com o disponibilizado pelo mercado.

Equipamentos devem ser discriminados separadamente dos serviços relativos à obra civil.

4.4.16 Orçamento Prévio (devido às especificidades do projeto):

O orçamento prévio, consiste em apresentar, em forma de planilha, os valores unitários e totais, bem como, os quantitativos associados ao emprego da mão de obra, tendo como referência as tabelas oficiais aceitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e/ou da União. O orçamento deverá representar de forma detalhada e atualizada monetariamente, o quanto custará a execução dos serviços com o emprego dos materiais especificados, nos quantitativos necessários e nos locais estabelecidos na prancha do projeto elétrico. Deverão ser fracionados por edifícios, pavimentos, grupos ou fases, alinhados à solicitação do responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos.

Deverá apresentar em planilha, à parte, as composições unitárias de cada serviço, descrevendo insumos, mão de obra, encargos e fonte de custos, sendo prioritária a apresentação de no mínimo três (3) cotações com referências do fornecedor e data de levantamento e nos casos omissos, as tabelas oficiais aceitas pelo Tribunal de C do Estado de São Paulo e/ou da União.

4.5.1 Projeto Completo de Telecomunicação de Cabeamento Estruturado (Voz e Dados):

Para todas as edificações deverá ser elaborado projeto de cabeamento estruturado em CAT6 ou outro definido pelo setor de tecnologia da informação, conforme estabelecem os padrões da EIA/TIA, dentro das necessidades dimensionadas individualmente, para cada ambiente, respeitando-se sempre o layout do projeto arquitetônico ou as condições de funcionamento já existentes.

4.5.2 Distribuição dos pontos de acesso:

A alocação inicial dos pontos de acesso à rede de cabeamento estruturado em CAT6, ou outra determinada, respeitará o layout do projeto arquitetônico. Todavia o projeto deverá prever certa flexibilização dos ambientes em termos de finalidade e de layout.

4.5.3 Sala de Equipamentos:

Deverá ser alocada em local apropriado e de comum acordo tanto com o autor do projeto arquitetônico quanto com o setor de tecnologia de informação. O projeto deverá ser bem detalhado, mostrando as conexões das tubulações, disposição das caixas e rack, incluindo a montagem desse último. Detalhando inclusive a forma como será feita a comutação dos dados/voz para atendimento dos usuários. Os projetos deverão ser facilmente entendíveis para os executores. O detalhamento da sala deverá estar em vista isométrica.

4.5.4 Diagrama Unifilar:

Deverá ser apresentado o diagrama unifilar das instalações de cabeamento estruturado para cada edificação.

Analogamente, aos projetos das instalações elétricas, não serão aceitos diagramas unifilares elaborados de forma automática por software. Obrigatoriamente, deverão conter a identificação do ponto, bem como, o nome do ambiente ao qual se relaciona. Faz parte do diagrama todo o sistema de telecomunicação que atenda a edificação incluindo o backbone.

4.5.5 Detalhes:

Todas as soluções apresentadas deverão ser detalhadas. Os projetos deverão ser facilmente entendíveis para os executores. Deverão ser detalhados os encaminhamentos, quadros e a forma de realizar a montagem, o posicionamento dos equipamentos, da sala dos equipamentos e etc.

4.5.6 Identificação de todo o sistema:

Estabelecer os critérios para a identificação dos pontos de acesso a rede de cabeamento estruturado e ao backbone, de tal forma a permitir o acesso rápido e inequívoco a qualquer parte do sistema. O sistema de identificação deverá ser estabelecido em conjunto com o corpo técnico da contratante.

4.5.7 Memorial descritivo:

Deverá conter todas as informações necessárias à perfeita execução dos projetos, assegurando inclusive respaldo ao profissional autor do mesmo. Além das especificações técnicas dos materiais empregados na execução do sistema de telecomunicação, deverão ainda contemplar os planos de testes para verificar a

qualidade dos trabalhos executados, com a indicação dos resultados mínimos aceitáveis, fatores de tolerância e com os desvios percentuais máximos permitidos.

4.5.8 Especificação de materiais e de equipamentos:

Deverão ser especificados todos os materiais passivos, pertencentes a infraestrutura de construção civil, e também os ativos, a serem instalados na sala de equipamentos, necessários ao funcionamento do sistema de telecomunicações, inclusive o backbone. Deverá assegurar, de forma inequívoca, a utilização pela obra de materiais de primeira linha. Deverá ser breve e de fácil compreensão e verificável em obra pelo fiscal. A indicação dos materiais deverá ser feita e acompanhada pelo profissional encarregado de fiscalizar os serviços de elaboração dos projetos de telecomunicação. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas deverão possuir concorrentes ou similares, sendo indicadas ao menos em grupos de três.

4.5.9 Quantitativos:

Deverá ser feito o levantamento de todos os materiais, equipamentos e serviços que fazem parte da execução do projeto elaborado, assim como suas respectivas quantidades para fins de orçamentação.

Devem constar nas planilhas de quantitativos todos os materiais a serem aplicados internamente às edificações e também no backbone, tantos os equipamentos ativos quanto os passivos.

Deverá ser apresentado em forma de planilhas, observando as unidades utilizadas pelas tabelas oficiais aceitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e/ou da União e em caso de falta de referência, com o disponibilizado pelo mercado.

4.6.1 Projeto Completo de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)

O projeto completo de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) deverá ser elaborados em conformidade com NBR 5419/NB 165 da ABNT, ou a que vier substituí-la, complementado com orientações e instruções adicionais fornecidas divisões técnicas responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos e compatibilizado com o projeto arquitetônico e complementares.

O projeto completo deverá ter como referência sistema de proteção contra descargas atmosféricas do tipo Franklin, admitindo-se a elaboração com o emprego de Gaiola de Faraday desde que aprovado pela divisão técnica responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos na fase de anteprojeto. No projeto de aterramento deverá ser contemplada a construção de malha equipotencializada em ponto comum.

4.6.2 Detalhes

O projeto completo deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra com a indicação dos detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

Todas as soluções apresentadas deverão estar detalhadas. Os projetos deverão estar em condições de fácil entendimento em nível de executor. Deverão ser

detalhados os sistemas de encaminhamento, quadros, montagens, posicionamento de equipamentos, salas de equipamentos e etc.

4.6.3 Memorial descritivo:

O memorial descritivo deverá apresentar às informações necessárias a perfeita execução dos projetos de modo a assegurar inclusive o respaldo do profissional autor do projeto.

Além das especificações técnicas de todos os materiais que serão empregados na execução dos projetos, deverá ainda conter os planos de testes para verificação da qualidade dos trabalhos executados com a indicação dos resultados mínimos esperados.

4.6.4 Especificação de materiais e equipamentos

Deverão ser especificados todos os materiais pertencentes a infraestrutura de construção civil e os equipamentos que deverão ser instalados.

Deverá assegurar de forma inequívoca a aplicação de materiais de primeira linha. Deverá ser breve e de fácil entendimento e confirmação em obra pelo engenheiro fiscal. A indicação dos materiais deverá ser feita pelo profissional encarregado de acompanhar os serviços de elaboração dos projetos. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas devem possuir concorrentes similares, sendo indicadas ao menos em grupos de três.

4.6.5 Quantitativos:

Deverá ser feito o levantamento de todos os materiais, equipamentos e serviços que fazem parte da execução do projeto, assim como suas respectivas quantidades para fins de orçamentação. Deverá ser apresentado em forma de planilhas, observando as unidades utilizadas pelas tabelas oficiais de referência aceitas pelos Tribunais de Conta do Estado de São Paulo e da União e em caso de falta de referência, com o disponibilizado pelo mercado.

Equipamentos devem ser discriminados separadamente dos serviços relativos à obra civil.

Deverão ser especificados todos os materiais pertencentes a infraestrutura de construção civil e os equipamentos que deverão ser instalados. O descritivo citado deverá assegurar de forma inequívoca a aplicação de materiais de primeira linha, devendo ser breve e de fácil entendimento e confirmação em obra pelo engenheiro fiscal. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas devem possuir concorrentes similares, sendo indicadas ao menos em grupo de três.

4.7.1 Iluminação pública:

O projeto de iluminação pública deverá atender aos requisitos constantes da Norma ABNT NBR 5101:2012, levando em consideração o projeto executivo de implantação de novas vias, atualização do sistema de iluminação das vias implantadas, bem como de praças novas e melhoria ou atualização da existente.

4.7.2 – Engenheiro Eletricista – Consultoria

Consultoria e assessoria técnica em energia elétrica, elaboração de estudos e projetos de:

- Eficiência energética;
- Implantação de novas tecnologias para geração de energia elétrica e aproveitamento energético;
- Contratação de energia elétrica em ambiente livre, conforme resolução ANEEL 376/09;
- Automação, supervisórios e programação;

Acompanhamento e inspeção e laudos técnicos de obras de média e baixa tensão. Programação de controladores lógicos programáveis. Treinamento e startup em sistemas de automação. Estudos de ampliação e atualização para sistemas de automação.

Deverá dispor uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria solicitada. Nomear um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.

Utilizar das técnicas disponíveis para a realização das atividades relacionadas à consultoria, empregando seus melhores esforços em sua execução.

Utilizar-se de: equipamentos, softwares, transporte, recursos de comunicação; próprios para realização dos serviços que se fizerem necessários para a execução da consultoria.

Administrar o presente contrato.

Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos.

Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste.

Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto, devendo ser entregue mensalmente para a contratante.

A equipe envolvida neste projeto se compromete a manter sigilo sobre os dados e informações decorrentes da consecução do presente contrato, salvo a contratante autorize em documentação oficial que será anexada ao processo licitatório.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 – A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 – Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato;

A descrição da quantidade dos projetos elétricos e de horas de consultoria a serem contratadas estão descritas na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD
1	01.17.111 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	45
2	01.17.121 - Projeto executivo de instalações elétricas em	UN	12

	formato A0		
3	Engenheiro sênior de elétrica mais encargos sociais	H	880

5.1.2. Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras.

5.1.2.1. O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com as normas ABNT NBRs aplicáveis ou no padrão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes.

Apresentados conforme relação abaixo:

a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AutoCAD, em sua versão mais recente, ou por programas que possuam recursos de modelagem BIM, tais como Revit, e apresentados da seguinte forma:

Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para a execução do projeto executivo;

A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão .dwg, .BIM ou Revit, a critério da contratante.

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WORD ou EXCEL e apresentados da seguinte forma: Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;

Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls.

5.1.2.3. O item não contempla fator K e BDI.

5.1.3. Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras.

5.1.3.1. O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com as normas ABNT NBRs aplicáveis ou no padrão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A0; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes.

Apresentados conforme relação abaixo:

a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AutoCAD, em sua versão mais recente, ou por programas que possuam recursos de modelagem BIM, tais como Revit, e apresentados da seguinte forma:

Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para a execução do projeto executivo;

A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão .dwg, .BIM ou Revit, a critério da contratante.

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WORD ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;

Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls.

5.1.3.2 O item não contempla fator K e BDI.

5.2. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 48 horas após a entrega da Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Engenharia.

5.3. É responsabilidade da contratada informar a previsão de conclusão dos serviços para fins de planejamento da secretaria.

5.4. O local de entrega dos serviços será determinado pela contratante conforme demanda dos serviços solicitados.

5.5. Os projetos deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, e caso necessário, devem ser modificados quantas vezes for, conforme as condições reais estabelecidas pela Prefeitura e demais órgãos na esfera municipal, estadual e federal, responsáveis pelas devidas aprovações.

5.5.1 – Para cada serviço solicitado, a Contratada deverá apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, em conformidade com a legislação vigente. Deverão ser entregues, ainda, o memorial descritivo, memorial de cálculo, plantas e projetos básicos/executivos (em formato DWG, Revit ou BIM), bem como a planilha orçamentária sintética e analítica correspondentes. Por fim, deverá ser apresentado o Cronograma Físico-Financeiro específico da obra, contemplando as etapas de execução, prazos e desembolsos previstos, quando solicitado.

5.5.2 – O prazo máximo para entrega de cada escopo/projeto solicitado será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação formal enviada por e-mail pela Contratante. A solicitação concomitante de mais de um escopo/projeto não alterará o prazo estipulado, permanecendo 10 (dez) dias úteis para cada um. Dependendo da complexidade do objeto, a Contratada poderá solicitar prazo adicional, igual ao inicialmente previsto, mediante justificativa e concordância da Contratante.

5.5.3 – Até três (03) revisões para fins de compatibilização do projeto/escopo deverão ser realizadas sem quaisquer custos adicionais à Contratante, desde que não impliquem alterações no projeto arquitetônico.

5.5.4 - Todo projeto/escopo de reforma ou ampliação deverá, obrigatoriamente, ser precedido de visita técnica in loco, a ser realizada pela Contratada, visando à verificação detalhada das condições do local, identificação de possíveis restrições e interferências, bem como à obtenção de informações necessárias para a elaboração adequada do projeto. O não cumprimento desta exigência não eximirá a Contratada de suas responsabilidades técnicas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.6. As condições e os prazos para que sejam apresentados os projetos, serão estabelecidos para cada um conforme necessidade e nível de urgência definido pelo poder público municipal. Na maioria dos casos a prestação de serviço de consultoria técnica será presencial, no entanto ela não necessariamente precisa ocorrer no âmbito da consultoria, devendo, entretanto, a CONTRATADA visitar os locais para os quais se destinam os projetos. Sendo os equipamentos, deslocamentos e demais custos referentes a sua prestação correrão às custas da contratada.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 – Fica determinado como fiscal a servidora, Patrícia Aguiar Banhato, Engenheira Civil, e-mail: pabanhato@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860 para acompanhar o contrato e fiscalizar a entrega dos projetos pertinentes a Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.7 – Fica determinado como fiscal o servidor, Wellington Rodrigo Corrêa Balbo, Engenheiro Eletricista, e-mail: wrbalbo@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860 para acompanhar o contrato e fiscalizar a entrega dos projetos, principalmente de

iluminação pública, pertinentes a Divisão de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9 – A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

6.10 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.11 – Fica determinado como gestor o servidor Flávio Augusto Santinon, Engenheiro Especialista, e-mail: fasantinon@olimpia.sp.gov.br, (17) 3279-4860 para acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.12 – A gestão do observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

6.13 – O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Gestão e Logística para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 – A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.2 – Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 – Não produzir os resultados acordados,

7.2.2 – Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 – A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4 – A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 - Projetos executivos: medição por unidade, com pagamento condicionado à entrega completa do projeto, em formato A1 ou A0, acompanhado de memorial descritivo, quantitativos, orçamento e aprovação da concessionária (quando exigida), aceitos pela fiscalização da Secretaria de Obras;

7.4.2 - Horas técnicas de Engenheiro Sênior: medição mensal, com base em relatórios de atividades devidamente assinados pelo profissional responsável e

validados pelo fiscal do contrato, comprovando a efetiva prestação dos serviços.

7.4.3 – Somente serão autorizados pagamentos para serviços/projetos entregues com qualidade satisfatória, devidamente conferidos e aceitos pela fiscalização. Projetos ou serviços entregues em desacordo com as exigências contratuais estarão sujeitos a glosa, retenção ou reapresentação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

Do recebimento

7.5 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023](#)).

7.6 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7 – O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.8 – O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.9 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10 – Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11 – O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.13 – O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15 – Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais

documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.16.1 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

7.16.2 – Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3 – Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4 – Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5 – Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18 – Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.21 – Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.1 – O prazo de validade;

7.21.2 – A data da emissão;

7.21.3 – Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4 – O período respectivo de execução do contrato;

7.21.5 – O valor a pagar; e

7.21.6 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.23 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24 – A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

7.25 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento

7.29 – O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Decreto nº 9.393, de 09 de Janeiro de 2025.

Forma de pagamento

7.30 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

7.31 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial,

de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 – Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3 – Multa:

8.3.1 – Moratória, para as infrações descritas no item “d”, 0,5% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.3.2 – Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3 – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3.4 – Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3.5 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento).

8.3.6 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3.7 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3.8 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

8.11 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **CRC** (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:

8.12.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.12.2 – As peculiaridades do caso concreto;

8.12.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.12.4 – Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.12.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.13 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.14 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos

atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.15 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.16 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

9.2 – O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 – Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei Federal nº 14.133/21.

Habilitação jurídica

9.4 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5 – Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada

– **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.10 – Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.21 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.21.1 – índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.2 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.21.3 – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.21.4 – Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

9.22 – Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.23 – As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.24 – O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

9.25 Registro ou inscrição na entidade profissional competente, da empresa participante na licitação no CREA atualizado, da empresa e de seus responsáveis técnicos com formação em Engenharia Elétrica.

9.26. Comprovação de no mínimo 50% (conforme Súmula nº. 24 do TC/SP) de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, por meio de atestados referentes a cada uma das obras/serviços intercomplementares, acerca do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da Licitação, fornecido por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, permitindo-se a soma de atestados para as requisitadas comprovações, e, considerando-se a Súmula 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

9.27 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO	1) Elaboração de projetos executivo de instalações elétricas em baixa, média e alta-tensão para: <ul style="list-style-type: none"> · Iluminação pública ornamental com tecnologia em LED; · Iluminação pública em LED em redes energizadas com aprovação na CPFL ou concessionária local; · Posto de Transformação e Cabines Primárias com aprovação da CPFL ou concessionária local; · Projeto de Descargas Atmosféricas – Para Raio (PDA).
	2) Elaboração de planilha orçamentária com quantitativos e preços unitários utilizando referências de custos oficiais.
	3) Elaboração de memoriais descritivos para execução dos serviços.
	4) Acompanhamento na execução de obras de instalações elétricas em baixa, média e alta-tensão.
	5) Quantidade mínima: 400,00 horas de Engenheiro Sênior de elétrica.

9.28. As comprovações previstas, no que se refere à comprovação de qualificação operacional, deverá ser efetuada através da apresentação de Atestados de execução de obras, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados pelo CREA, através da anotação expressa que vincule os Atestados aos Acervos.

9.29. Os atestados deverão constar a execução de obras com a complexidade quantidades ou áreas e serviços compatíveis do objeto licitado.

9.30. A comprovação quanto à capacidade técnico-profissional da licitante far-se-á mediante a comprovação de possuir profissional de nível superior, responsável técnico com vínculo junto à licitante, na da entrega das propostas, sendo que “a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços” (Súmula 25 – TCE/SP).

9.31 – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

9.31.1 – A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Outras documentações

9.32 – **Declaração** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.33 – **Declaração** assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

9.34 – **Declaração** que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.

9.35 – **Declaração** que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

9.36 – **Declaração** de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente processo administrativo.

9.37 – **Declaração** de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9.38 – **Declaração** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9.39 – **Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.40 – **Declaração** que, atende as regras e normas ABNT, na legislação específica.

9.41. **Relação** da equipe técnica especializada e disponível para a realização do objeto desta licitação, incluindo o profissional qualificado que comprove a sua capacitação técnica.

9.42. **Relação** das instalações, aparelhamento e equipamentos, que serão utilizadas para a execução dos serviços.

9.43. **Declaração** de que examinou todos os Anexos elaborados pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura da Prefeitura do Município, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra.

9.44. **Declaração** de disponibilidade da equipe técnica e do profissional, que se responsabilizará pelos trabalhos.

9.45. **Declaração** preenchida em papel timbrado da licitante e assinada por seu representante legal, de que cumpre com as normas vigentes relacionados a elaboração de projetos de instalações elétricas.

9.46 – A empresa contratada declarará, através de declaração única às informações acima, conforme Anexo V do Edital.

10 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – O custo estimado total da contratação é de **R\$ 188.844,75** (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 -As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.1.1 – A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [02.12.00 – Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura / 02.12.02 – Divisão de Projetos e Obras Públicas];

Fonte de Recursos: [Recurso Próprio];

Classificação Funcional: [15.451.0031.2.048];

Elemento de Despesa: [3.3.90.39 – Outros Serv. Terc. Pes. Juridica];

Dotação: [350];

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia,

WELLINGTON BALBO

Elaborado por

FLÁVIO AUGUSTO SANTINON

Elaborado por

PATRÍCIA AGUIAR BANHATO

Fiscal do Contrato

WELLINGTON BALBO

Fiscal do Contrato

FLÁVIO AUGUSTO SANTINON

Gestor do Contrato

LEANDRO PIERIN GALLINA

Secretário de Obras, Eng. e Infraestrutura

(Ordenador da Despesa)

ANEXO IA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (Processo Administrativo nº 159333/2025)

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Considerando que o município da Estância Turística de Olímpia vem experimentando, nos últimos anos, forte expansão urbana decorrente do aumento da atividade turística, evidenciada pela implantação de novos parques temáticos, resorts e hotéis, os quais demandam a abertura de novas vias de acesso, bem como pela criação de novos bairros. Soma-se a isso a transformação de imóveis localizados em regiões tradicionais da cidade em empreendimentos comerciais, destinados a atender ao grande fluxo de turistas, tais como: hotéis, pousadas, casas de temporada, comércios ligados ao setor de alimentação e demais correlatos ao turismo. Paralelamente, verifica-se também o crescimento populacional, tanto pelo aumento vegetativo quanto pela imigração decorrente da elevada oferta de empregos no setor turístico.

Considerando ainda que a Secretaria de Obras atualmente dispõe de um engenheiro eletricista, lotado na Divisão de Manutenção e responsável por atividades de manutenção elétrica predial, elétrica geral e pela expansão e conservação da rede de iluminação pública municipal, não há disponibilidade técnica nem operacional desse profissional para a elaboração de projetos executivos de engenharia elétrica e atendimento ao setor de projetos da Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

Tendo em vista que o Contrato nº 280/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 88/2024, não foi renovado, a Administração Municipal ficou sem a prestação desse serviço essencial. Dessa forma, torna-se imprescindível realizar nova contratação, uma vez que o Município não pode prescindir da elaboração de projetos elétricos para atender às suas demandas em andamento e futuras.

Diante desse cenário, resta evidenciada a necessidade da contratação de empresa especializada em elaboração de projetos executivos e consultoria em Engenharia Elétrica, garantindo a continuidade e regularidade das ações do Município em obras públicas, equipamentos urbanos (hospitais, escolas, creches, unidades de saúde etc.), bem como na infraestrutura elétrica e de iluminação que acompanha a expansão urbana e turística de Olímpia/SP.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Considerando que a presente demanda não foi contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2025, pois à época de sua elaboração encontrava-se em vigor contrato anterior que atendia a essa demanda. Considerava-se a possibilidade de prorrogação, motivo pelo qual não se previu nova licitação.

Com o encerramento desse contrato e a impossibilidade de sua continuidade, surgiu a necessidade superveniente de nova contratação, a fim de garantir a execução de projetos elétricos indispensáveis ao planejamento e desenvolvimento das obras municipais.

Ressalta-se que se trata de serviço de natureza continuada, por corresponder a necessidade permanente da Administração, uma vez que parcela significativa das novas obras e empreendimentos públicos exige a elaboração de projetos elétricos específicos.

Dessa forma, a contratação ora proposta justifica-se pela imprescindibilidade de assegurar a continuidade dos serviços, evitando a paralisação de atividades essenciais e garantindo eficiência e regularidade administrativa.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os projetos a serem desenvolvidos devem possuir requisitos técnicos básicos para serem aceitos pela Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura da Estância Turística de Olímpia/SP e se enquadrarem como serviços comuns de engenharia (art. 6º, XXI, "a", da Lei nº 14.133/2021). Abaixo estão listados os itens que serão fiscalizados e observados para o bom andamento dos trabalhos e para a boa relação entre contratada e contratante.

3.1 Projeto Completo de Instalação Elétrica:

Deverão ser respeitadas as disposições gerais da NBR 5410 e também as normas pertinentes da concessionária de energia, Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

O projeto deverá ter sido previamente aprovado pela CPFL. Sendo a responsabilidade da CONTRATADA sua aprovação, incluindo o fornecimento de todas as cópias que se fizerem necessárias.

O projeto de instalações elétricas deverá contemplar todos os ambientes que compõe as edificações, com rede de energia ininterrupta, proveniente de grupo gerador e normal, conforme projeto arquitetônico, aprovado pela área técnica responsável pelo acompanhamento dos projetos. O sistema de iluminação normal e de emergência deverão considerar cada ambiente das edificações como: pátios, estacionamentos, laboratórios (com suas especificidades próprias), miniauditórios e outros.

3.1.1 Distribuição dos pontos de energia:

Deverá munir os ambientes com pontos de acesso à rede de energia (tomadas), sistemas de iluminação, condicionadores de ar e outros, de acordo com as necessidades de cada ambiente e observando sempre o layout do mobiliário.

3.1.2 Encaminhamentos dos condutores:

Poderá ser de forma embutida no piso, na laje ou na parede e também de forma aparente. Para instalações embutidas todos os circuitos pertencentes ao sistema de iluminação deverão ser encaminhados pela laje e os pertencentes à rede de alimentação das tomadas deverão ser encaminhados pelo piso. Para as instalações aparentes, ficará a critério do engenheiro, encarregado por acompanhar os serviços de elaboração dos projetos, a indicação dos locais de encaminhamento bem como os materiais que deverão ser utilizados.

3.1.3 Projeto Luminotécnico:

Deverá ser observada a natureza de utilização de cada ambiente, bem como a intensidade luminosa adequada, considerando-se também outras questões pertinentes ao projeto luminotécnico, tais como: grau de ofuscamento, densidade de iluminação, índice de reprodução de cores e conforto visual.

3.1.4 Iluminação de Pátio e Estacionamentos:

Consiste em apresentar soluções para as áreas abertas, conforme planta baixas apresentadas, de acordo com as normas técnicas pertinentes e as acordadas com as áreas de arquitetura e engenharia da CONTRATANTE.

3.1.5 Cálculo dos Condutores

Deverão ser consideradas a máxima queda de tensão e capacidade do condutor.

3.1.6 Cálculo dos Disjuntores:

Deverão ser observadas a sensibilidade e a seletividade dos disjuntores, priorizando a utilização de dispositivos diferenciais residuais.

3.1.7 Posto de Transformação:

Deverão ser elaborados os projetos de posto de transformação de média tensão, 13,8 KV, para 440/380 V, 380/220 V ou 220/127 V, conforme necessidade da edificação, bem como os ramais de entrada, a partir do ponto de fornecimento disponibilizado pela concessionária de energia.

O projeto deverá ter sido obrigatoriamente aprovado pela concessionária de energia local, sendo obrigação da CONTRATADA realizar todos os trâmites e arcar com todas os custos exigidos pela CPFL.

Ficará a critério do profissional encarregado de acompanhar os serviços de elaboração dos projetos, definir o tipo de subestação, bem como, a forma de alimentação e ponto de entrada na edificação.

3.1.8 Diagrama Unifilar:

Deverá ser elaborado de acordo com as exigências da NBR 5410 ou, se for o caso, da concessionária de energia. Não serão aceitos diagramas elaborados de forma

automática por softwares. Obrigatoriamente no diagrama unifilar deverá constar o tipo do circuito que ele atenderá, bem como o nome dos ambientes que ele contempla.

3.1.9 Quadro de Cargas:

Deverá ser elaborado de acordo com as exigências da NBR 5410 ou, se for o caso, da concessionária de energia. Não será aceito quadro de cargas elaborado de forma automática por computador. Obrigatoriamente deverá ser apresentado o cálculo de demanda de cada edificação, conforme estipulado pela CPFL.

3.1.10 Detalhes:

Todas as soluções apresentadas deverão estar detalhadas. Os projetos deverão ser facilmente entendíveis para os executores. Deverão ser detalhados: a forma de encaminhamento, quadros, a forma de montagem, o posicionamento dos equipamentos e etc.

3.1.11 Identificação de todo o sistema:

Todas as instalações deverão estar identificadas. Apresentando-se um plano de identificação com exemplos e detalhes de todos os seus componentes.

3.1.12 Memorial Descritivo:

O memorial descritivo deverá apresentar às informações necessárias a perfeita execução dos projetos de modo a assegurar, inclusive, o respaldo profissional do autor do projeto.

3.1.13 Especificação de materiais e equipamentos:

Deverá assegurar, de forma inequívoca, a utilização pela obra de materiais de primeira linha. Deverá ser breve e de fácil compreensão e verificável em obra pelo fiscal. A indicação destes materiais poderá ser feita ou acompanhada pelo profissional encarregado de acompanhar os serviços de elaboração dos projetos de Instalações Elétrica. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas deverão possuir concorrentes ou similares, sendo indicadas ao menos em grupos de três.

3.1.14 Quantitativos:

Deverá ser feito o levantamento de todos os materiais, equipamentos e serviços que fazem parte da execução do projeto, assim como suas respectivas quantidades para fins de orçamentação.

Deverá ser apresentado em forma de planilha, observando as unidades utilizadas pelas tabelas oficiais, aceitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e/ou da União, e em caso de falta de referência, com o disponibilizado pelo mercado.

Equipamentos devem ser discriminados separadamente dos serviços relativos à obra civil.

3.1.15 Orçamento Prévio (devido às especificidades do projeto):

O orçamento prévio, consiste em apresentar, em forma de planilha, os valores unitários e totais, bem como, os quantitativos associados ao emprego da mão de obra, tendo como referência as tabelas oficiais aceitas pelo Tribunal de Contas do

Estado de São Paulo e/ou da União. O orçamento deverá representar de forma detalhada e atualizada monetariamente, o quanto custará a execução dos serviços com o emprego dos materiais especificados, nos quantitativos necessários e nos locais estabelecidos na prancha do projeto elétrico. Deverão ser fracionados por edifícios, pavimentos, grupos ou fases, alinhados à solicitação do responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos.

Deverá apresentar em planilha, à parte, as composições unitárias de cada serviço, descrevendo insumos, mão de obra, encargos e fonte de custos, sendo prioritária a apresentação de no mínimo três (3) cotações com referências do fornecedor e data de levantamento e nos casos omissos, as tabelas oficiais aceitas pelo Tribunal de C do Estado de São Paulo e/ou da União.

3.2 Projeto Completo de Telecomunicação de Cabeamento Estruturado (Voz e Dados):

Para todas as edificações deverá ser elaborado projeto de cabeamento estruturado em CAT6 ou outro definido pelo setor de tecnologia da informação, conforme estabelecem os padrões da EIA/TIA, dentro das necessidades dimensionadas individualmente, para cada ambiente, respeitando-se sempre o layout do projeto arquitetônico ou as condições de funcionamento já existentes.

3.2.1 Distribuição dos pontos de acesso:

A alocação inicial dos pontos de acesso à rede de cabeamento estruturado em CAT6, ou outra determinada, respeitará o layout do projeto arquitetônico. Todavia o projeto deverá prever certa flexibilização dos ambientes em termos de finalidade e de layout.

3.2.2 Sala de Equipamentos:

Deverá ser alocada em local apropriado e de comum acordo tanto com o autor do projeto arquitetônico quanto com o setor de tecnologia de informação. O projeto deverá ser bem detalhado, mostrando as conexões das tubulações, disposição das caixas e rack, incluindo a montagem desse último. Detalhando inclusive a forma como será feita a comutação dos dados/voz para atendimento dos usuários. Os projetos deverão ser facilmente entendíveis para os executores. O detalhamento da sala deverá estar em vista isométrica.

3.2.3 Diagrama Unifilar:

Deverá ser apresentado o diagrama unifilar das instalações de cabeamento estruturado para cada edificação.

Analogamente, aos projetos das instalações elétricas, não serão aceitos diagramas unifilares elaborados de forma automática por software. Obrigatoriamente, deverão conter a identificação do ponto, bem como, o nome do ambiente ao qual se relaciona. Faz parte do diagrama todo o sistema de telecomunicação que atenda a edificação incluindo o *backbone*.

3.2.4 Detalhes:

Todas as soluções apresentadas deverão ser detalhadas. Os projetos deverão ser facilmente entendíveis para os executores. Deverão ser detalhados os

encaminhamentos, quadros e a forma de realizar a montagem, o posicionamento dos equipamentos, da sala dos equipamentos e etc.

3.2.5 Identificação de todo o sistema:

Estabelecer os critérios para a identificação dos pontos de acesso a rede de cabeamento estruturado e ao *backbone*, de tal forma a permitir o acesso rápido e inequívoco a qualquer parte do sistema. O sistema de identificação deverá ser estabelecido em conjunto com o corpo técnico da contratante.

3.2.6 Memorial descritivo:

Deverá conter todas as informações necessárias à perfeita execução dos projetos, assegurando inclusive respaldo ao profissional autor do mesmo. Além das especificações técnicas dos materiais empregados na execução do sistema de telecomunicação, deverão ainda contemplar os planos de testes para verificar a qualidade dos trabalhos executados, com a indicação dos resultados mínimos aceitáveis, fatores de tolerância e com os desvios percentuais máximos permitidos.

3.2.7 Especificação de materiais e de equipamentos:

Deverão ser especificados todos os materiais passivos, pertencentes a infraestrutura de construção civil, e também os ativos, a serem instalados na sala de equipamentos, necessários ao funcionamento do sistema de telecomunicações, inclusive o *backbone*. Deverá assegurar, de forma inequívoca, a utilização pela obra de materiais de primeira linha. Deverá ser breve e de fácil compreensão e verificável em obra pelo fiscal. A indicação dos materiais deverá ser feita e acompanhada pelo profissional encarregado de fiscalizar os serviços de elaboração dos projetos de telecomunicação. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas deverão possuir concorrentes ou similares, sendo indicadas ao menos em grupos de três.

3.2.8 Quantitativos:

Deverá ser feito o levantamento de todos os materiais, equipamentos e serviços que fazem parte da execução do projeto elaborado, assim como suas respectivas quantidades para fins de orçamentação.

Devem constar nas planilhas de quantitativos todos os materiais a serem aplicados internamente às edificações e também no *backbone*, tanto os equipamentos ativos quanto os passivos.

Deverá ser apresentado em forma de planilhas, observando as unidades utilizadas pelas tabelas oficiais aceitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e/ou da União e em caso de falta de referência, com o disponibilizado pelo mercado.

3.3 Projeto Completo de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)

O projeto completo de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) deverá ser elaborados em conformidade com NBR 5419/NB 165 da ABNT, ou a que vier substituí-la, complementado com orientações e instruções adicionais fornecidas divisões técnicas responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos e compatibilizado com o projeto arquitetônico e complementares.

O projeto completo deverá ter como referência sistema de proteção contra descargas atmosféricas do tipo Franklin, admitindo-se a elaboração com o emprego de Gaiola de Faraday desde que aprovado pela divisão técnica responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos na fase de anteprojeto. No projeto de aterramento deverá ser contemplada a construção de malha equipotencializada em ponto comum.

3.3.1 Detalhes

O projeto completo deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra com a indicação dos detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

Todas as soluções apresentadas deverão estar detalhadas. Os projetos deverão estar em condições de fácil entendimento em nível de executor. Deverão ser detalhados os sistemas de encaminhamento, quadros, montagens, posicionamento de equipamentos, salas de equipamentos e etc.

3.3.2 Memorial descritivo:

O memorial descritivo deverá apresentar às informações necessárias a perfeita execução dos projetos de modo a assegurar inclusive o respaldo do profissional autor do projeto.

Além das especificações técnicas de todos os materiais que serão empregados na execução dos projetos, deverá ainda conter os planos de testes para verificação da qualidade dos trabalhos executados com a indicação dos resultados mínimos esperados.

3.3.3 Especificação de materiais e equipamentos

Deverão ser especificados todos os materiais pertencentes a infraestrutura de construção civil e os equipamentos que deverão ser instalados.

Deverá assegurar de forma inequívoca a aplicação de materiais de primeira linha. Deverá ser breve e de fácil entendimento e confirmação em obra pelo engenheiro fiscal. A indicação dos materiais deverá ser feita pelo profissional encarregado de acompanhar os serviços de elaboração dos projetos. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas devem possuir concorrentes similares, sendo indicadas ao menos em grupos de três.

3.3.4 Quantitativos:

Deverá ser feito o levantamento de todos os materiais, equipamentos e serviços que fazem parte da execução do projeto, assim como suas respectivas quantidades para fins de orçamentação. Deverá ser apresentado em forma de planilhas, observando as unidades utilizadas pelas tabelas oficiais de referência aceitas pelos Tribunais de Conta do Estado de São Paulo e da União e em caso de falta de referência, com o disponibilizado pelo mercado.

Equipamentos devem ser discriminados separadamente dos serviços relativos à obra civil.

Deverão ser especificados todos os materiais pertencentes a infraestrutura de construção civil e os equipamentos que deverão ser instalados. O descritivo citado

deverá assegurar de forma inequívoca a aplicação de materiais de primeira linha, devendo ser breve e de fácil entendimento e confirmação em obra pelo engenheiro fiscal. Todo material especificado deverá estar disponível no mercado nacional e todas as marcas indicadas devem possuir concorrentes similares, sendo indicadas ao menos em grupo de três.

3.4. Iluminação pública:

O projeto de iluminação pública deverá atender aos requisitos constantes da Norma ABNT NBR 5101:2012, levando em consideração o projeto executivo de implantação de novas vias, atualização do sistema de iluminação das vias implantadas, bem como de praças novas e melhoria ou atualização da existente.

3.5 – Engenheiro Eletricista – Consultoria

Consultoria e assessoria técnica em energia elétrica, elaboração de estudos e projetos de:

- Eficiência energética;
- Implantação de novas tecnologias para geração de energia elétrica e aproveitamento energético;
- Contratação de energia elétrica em ambiente livre, conforme resolução ANEEL 376/09;
- Automação, supervisórios e programação;

Acompanhamento e inspeção e laudos técnicos de obras de média e baixa tensão. Programação de controladores lógicos programáveis. Treinamento e startup em sistemas de automação. Estudos de ampliação e atualização para sistemas de automação.

Deverá dispor uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria solicitada. Nomear um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.

Utilizar das técnicas disponíveis para a realização das atividades relacionadas à consultoria, empregando seus melhores esforços em sua execução.

Utilizar-se de: equipamentos, softwares, transporte, recursos de comunicação; próprios para realização dos serviços que se fizerem necessários para a execução da consultoria.

Administrar o presente contrato.

Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos.

Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste.

Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto, devendo ser entregue mensalmente para a contratante.

A equipe envolvida neste projeto se compromete a manter sigilo sobre os dados e informações decorrentes da consecução do presente contrato, salvo a contratante autorize em documentação oficial que será anexada ao processo licitatório.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD
1	01.17.111 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	45
2	01.17.121 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	12
3	Engenheiro sênior de elétrica mais encargos sociais	H	880

A estimativa feita, foi considerando um percentual de aumento em relação ao pregão eletrônico 88/2024 de 12,5% no item 01.17.111 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1, 20% no item 01.17.121 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0 e 10% no item - Engenheiro sênior de elétrica mais encargos sociais.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a obtenção do levantamento de mercado foi realizada consulta a contratações similares de outros órgãos públicos tendo como resultado o segue abaixo:

ITEM	QTD	PESQUISA	VALOR (R\$)
01.17.111 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	45	TABELA CDHU 198 – MAIO/2025	R\$ 1.267,26
01.17.121 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	12	TABELA CDHU 198 – MAIO/2025	R\$ 1.757,15
Engenheiro sênior de elétrica mais encargos sociais	880	TABELA CDHU 198 – MAIO/2025	R\$ 125,83

Para a presente cotação que resultou na definição dos valores desta licitação, foram selecionados fornecedores com base nos seguintes critérios:

O levantamento de preços foi realizado com base na tabela CDHU 198 de Maio/2025 – referência pública de custos de engenharia. Por se tratar de fonte oficial, atualizada e reconhecida, dispensa coleta de múltiplos orçamentos de fornecedores privados.

Diante do exposto, o levantamento dos valores utilizados na cotação está devidamente justificado, tendo como base critérios objetivos, técnicos e legais, que visam assegurar a melhor contratação possível para a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP.

Para tal levantamento, pode-se apresentar algumas soluções:

Solução 01 - Contratação de empresa de projetos de engenharia elétrica via licitação

A solução 01 apresenta a contratação de uma empresa de projetos e consultoria de engenharia elétrica via licitação, com base do preço referencial da tabela CDHU. Esta contratação de empresa especializada possibilita à Administração Municipal contar com uma estrutura técnica completa, composta por engenheiros eletricitas habilitados, desenhistas CAD, projetistas e equipe de apoio administrativo. Essa estrutura viabiliza a elaboração de projetos executivos de engenharia elétrica com qualidade, contemplando memoriais descritivos, cálculos, ARTs de responsabilidade técnica e a compatibilização com normas da ABNT, legislação vigente e exigências da concessionária de energia (CPFL).

Além disso, a empresa deverá ter expertise acumulada em múltiplos tipos de projetos (baixa e média tensão, subestações simplificadas, iluminação pública, sistemas de proteção e SPDA, entre outros), o que garante soluções mais completas, eficientes e alinhadas às melhores práticas do mercado. Essa experiência prévia reduz riscos de retrabalho, atrasos ou exigências adicionais por parte de órgãos fiscalizadores e concessionárias.

Vantagens da solução 01:

- Disponibilização de equipe técnica multidisciplinar, garantindo agilidade e precisão na entrega;
- Expertise consolidada em projetos semelhantes, assegurando conformidade com normas técnicas e requisitos da CPFL;
- Possibilidade de atendimento simultâneo a diferentes demandas, sem sobrecarregar os engenheiros do quadro municipal;
- Garantia de responsabilidade técnica formalizada via ART, conferindo maior segurança jurídica e técnica às contratações;
- Flexibilidade para ampliar o escopo de serviços, caso surjam novas demandas (ex.: projetos de hospitais, escolas, obras viárias).

Desvantagens da solução 01:

- Custo maior em cenários de baixa demanda, uma vez que a empresa possui contrato, independentemente do volume de serviços;
- Dependência de empresa contratada, o que exige gestão contratual e fiscalização contínua para garantir o cumprimento das obrigações.

A estimativa para esta contratação é de **R\$ 188.844,75**.

Solução 2 – Contratação direta de engenheiro eletricitista (pessoa física) por meio de concurso público.

A Prefeitura poderia contratar um engenheiro eletricitista pessoa física para atuar de forma exclusiva, seja por processo seletivo temporário, concurso público ou outra

forma prevista em lei. Esse profissional assumiria a elaboração e compatibilização de projetos, além de auxiliar na fiscalização de obras.

- **Vantagens:**

- Profissional dedicado exclusivamente ao Município;
- Continuidade técnica e maior integração com a equipe interna;
- Redução da dependência de empresas externas.
- Menor custo a curto prazo.

- **Desvantagens:**

- Necessidade de concurso público ou processo seletivo (demorado e burocrático);
- Dificuldade de substituição em caso de afastamento;
- Limitação de capacidade (um engenheiro só atende uma quantidade restrita de demandas);
- Custos fixos de folha de pagamento, mesmo em períodos de baixa demanda.
- Não possui total expertise como uma empresa especializada no setor.

A estimativa para esta contratação é de **R\$ 83.292,12/anual**, não considerando impostos, INSS, e outros valores mais a contratação de uma empresa especializada em concurso público.

Solução 3 – Utilização do corpo técnico existente

Seria a utilização do engenheiro eletricista já existente no quadro efetivo da Prefeitura. Contudo, este profissional está atualmente alocado em atividades de manutenção elétrica, elétrica geral e principalmente no parque de iluminação pública. A atribuição deles é voltada para execução e fiscalização de serviços, não para o desenvolvimento sistemático de projetos executivos, que demandam equipe de apoio (desenhistas CAD, projetistas, orçamentistas).

- **Vantagens:**

- Sem custos adicionais, pois já estão inseridos na folha de pagamento da prefeitura com respectivos salários;
- Profissionais já conhecem a infraestrutura da cidade e da Prefeitura;
- Capacidade de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

- **Desvantagens:**

- Não possuem disponibilidade técnica e operacional para assumir elaboração de projetos;
- Atribuição principal é de fiscalização e manutenção, não de concepção de projetos;
- Risco de atrasar ou comprometer serviços de manutenção essenciais se acumularem novas funções;

- Não atende ao princípio da segregação de funções, pois a mesma equipe que fiscaliza não deve ser responsável também pela elaboração.

Solução 4 – Contratação via Registro de Preços

A Prefeitura poderia adotar o sistema de registro de preços para serviços de projetos elétricos, permitindo a utilização conforme a necessidade ao longo do contrato.

Vantagens:

- Flexibilidade de contratação sob demanda;
- Evita a necessidade de novas licitações a cada demanda;

Desvantagens:

- A demanda por projetos é contínua e previsível, o que descaracteriza o uso de registro de preços;
- Maior complexidade administrativa para gerir a ata;
- Risco de contratação fragmentada, sem planejamento estratégico.
- Menos interesse de concorrência de fornecedores, tendo em vista que o registro de preço não obriga o órgão contratante a adquirir tais serviços.

A estimativa para esta contratação é de **R\$ 188.844,75**.

Solução 5 – Inexigibilidade de licitação (notória especialização)

Essa solução seria aplicada caso houvesse necessidade de um projeto de alta complexidade que só pudesse ser desenvolvido por profissional ou empresa com expertise comprovada e singularidade técnica, tornando inviável a competição.

Vantagens:

- Rapidez no processo de contratação;
- Garantia de profissional ou empresa altamente qualificada;
- Adequado em casos excepcionais (ex.: projetos hospitalares, sistemas críticos).

Desvantagens:

- Exige justificativa robusta de inviabilidade de competição;
- Maior risco de questionamentos por órgãos de controle;
- Não aplicável para serviços comuns de engenharia elétrica, pois há ampla concorrência no mercado.
- Na ausência de concorrência, não haveria a obtenção de descontos decorrentes da disputa licitatória, o que poderia resultar em contratação mais onerosa para os cofres públicos.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Esta pesquisa é preliminar, com vistas a se obter informação prévia da despesa e poderá ser refinada, na elaboração do Termo de Referência, sendo, portanto, aprimorada para efeito de estimativa dos valores de referência para a licitação, cujos documentos de suporte constam apensos a este Estudo.

A estimativa do valor é de feito conforme pesquisa referente a tabela CDHU 198 de Maio/2025.

O valor total estimado, baseado em pesquisa de preços da tabela oficial do CDHU é de R\$ 188.844,75 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após análise técnica e comparativa entre as soluções avaliadas, optou-se pela Solução 01 – Contratação de empresa de projetos de engenharia elétrica via licitação como a mais vantajosa para a Administração Pública, mesmo apresentando custo superior à Solução 02, contratação direta de engenheiro eletricista (pessoa física) por meio de concurso público e solução 03 Utilização do corpo técnico existente.

A opção por esta solução se justifica pelos seguintes aspectos: Maior eficiência operacional e menor risco de execução: a empresa contratada disponibiliza equipe multidisciplinar (engenheiros eletricitas, projetistas CAD, orçamentistas), com expertise comprovada na elaboração de projetos de baixa e média tensão, iluminação pública, SPDA e infraestrutura elétrica em geral, assegurando qualidade e conformidade com as normas da ABNT e exigências da CPFL;

Redução da sobrecarga operacional do município: a Prefeitura não dispõe atualmente de estrutura interna suficiente (equipamentos, equipe técnica, cronograma livre e recursos logísticos) para absorver a execução direta de elaboração de projetos elétricos, o que poderia comprometer o cumprimento de outros serviços essenciais.

Agilidade e cumprimento de prazos: empresas especializadas possuem equipes treinadas, equipamentos próprios e cronogramas dedicados, o que garante maior celeridade e previsibilidade na execução.

Responsabilidade técnica: a solução 01 prevê a emissão de ARTs/TRT, garantias técnicas sobre os serviços.

Segregação de funções: garante que os engenheiros do quadro da Prefeitura permaneçam focados na fiscalização e manutenção da parte elétrica municipal, sem acúmulo indevido de funções de projeto, preservando a boa governança e evitando riscos de responsabilidade;

Legalidade e transparência: a adoção de processo licitatório assegura ampla concorrência, isonomia entre fornecedores e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

Economicidade: a disputa entre fornecedores possibilita a obtenção de preços mais competitivos que os valores de referência da CDHU, otimizando os recursos públicos;

E continuidade e eficiência: a empresa contratada terá condições de atender simultaneamente diferentes demandas do Município, com maior agilidade e sem comprometer os serviços de manutenção elétrica já prestados internamente.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento dos serviços permanecerá, resultando num maior nível de controle dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

A presente contratação se dará por lote não prejudicando à licitação, tornando assim o aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, no caso em questão.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se alcançar resultados concretos em termos de economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos municipais. Espera-se a redução de custos com retrabalho, a previsibilidade orçamentária por meio de parâmetros de preço oficiais (CDHU) e a obtenção de valores competitivos pela licitação.

Do ponto de vista operacional, a solução permitirá maior agilidade no atendimento das demandas de projetos elétricos, garantindo que obras públicas não sofram atrasos por falta de documentação técnica, resultando em economicidade, eficiência e agilidade.

A empresa contratada terá capacidade de atender simultaneamente diferentes secretarias, assegurando qualidade técnica e conformidade com normas legais e regulatórias.

Em termos de gestão de pessoal, a medida possibilitará que os engenheiros eletricitistas do quadro municipal se concentrem em suas atribuições de fiscalização e manutenção, fortalecendo a segregação de funções e otimizando o aproveitamento da mão de obra já disponível.

Dessa forma, os resultados pretendidos abrangem não apenas a economicidade e eficiência administrativa, mas também a melhoria da governança, a redução de riscos jurídicos e o aumento da satisfação da população com os serviços públicos prestados.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A Administração Pública tomará as seguintes providências prévias ao contrato:

Levantamento e conferência das demandas de projetos elétricos a serem elaborados, em articulação com as diversas secretarias municipais (obras, saúde, educação, esporte, etc.);

Disponibilização de informações e documentos técnicos existentes, tais como plantas arquitetônicas, memoriais de obras, croquis de localização e dados de carga, para subsidiar a elaboração dos projetos pela contratada;

Organização do fluxo interno de recebimento e análise dos projetos, definindo prazos de manifestação, critérios de aprovação e responsabilidades setoriais;

Designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e verificação e reserva da dotação orçamentária necessária para a assinatura e execução do contrato.

Adequação da infraestrutura administrativa e tecnológica necessária, garantindo meios adequados para tramitação e análise dos documentos técnicos (protocolos digitais, softwares compatíveis, equipamentos de informática e armazenamento eletrônico dos arquivos).

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir na contratação.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Por se tratar de contratação restrita à elaboração de projetos executivos e consultoria em engenharia elétrica, não há impactos ambientais diretos decorrentes da execução contratual.

Contudo, a atividade de projeto pode influenciar indiretamente na sustentabilidade das obras futuras, motivo pelo qual deverão ser observados, quando aplicável:

Diretrizes de eficiência energética, incentivando soluções de menor consumo de energia elétrica e uso racional dos recursos;

Compatibilização com normas ambientais e de sustentabilidade, evitando especificações técnicas que possam gerar desperdício de materiais;

Adoção de critérios que favoreçam a logística reversa de materiais e equipamentos, quando cabível, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Assim, embora a contratação em si não produza impactos ambientais significativos, os produtos dela decorrentes (projetos) deverão contribuir para a sustentabilidade e o melhor aproveitamento de recursos públicos, em alinhamento às diretrizes da Administração Municipal e ao Plano de Logística Sustentável (PLS), quando existente.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conclui-se que a contratação é viável, adequada e justificada para o atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP. A solução proposta garante a elaboração de projetos executivos de

engenharia elétrica com qualidade técnica, segurança normativa e eficiência administrativa, assegurando economicidade e continuidade dos serviços públicos.

Portanto, a medida está alinhada aos princípios da legalidade, transparência e sustentabilidade, promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e fortalecendo a infraestrutura urbana e institucional do Município.

WELLINGTON BALBO
Elaborado por

FLÁVIO AUGUSTO SANTINON
Elaborado por

LEANDRO PIERIN GALLINA
Secretário de Obras, Eng. e Infraestrutura
(Ordenador da Despesa)

ANEXO IB – Planilha CDHU

	para empreendimentos com área construída de 2.001 a 5.000 m ²				
01.02.101	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 5.001 a 10.000 m ²	UN		22.440,73	22.440,73
01.02.111	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída acima de 10.000 m ²	UN		26.151,21	26.151,21
01.06	Projeto de instalações elétricas				
01.06.021	Elaboração de projeto de adequação de entrada de energia elétrica junto a concessionária, com medição em baixa tensão e demanda até 75 kVA	UN		9.202,36	9.202,36
01.06.031	Elaboração de projeto de adequação de entrada de energia elétrica junto a concessionária, com medição em média tensão, subestação simplificada e demanda de 75 kVA a 300 kVA	UN		15.587,22	15.587,22
01.06.032	Elaboração de projeto de adequação de entrada de energia elétrica junto a concessionária, com medição em média tensão e demanda de 75 kVA a 300 kVA	UN		21.092,24	21.092,24
01.06.041	Elaboração de projeto de adequação de entrada de energia elétrica junto a concessionária, com medição em média tensão e demanda acima de 300 kVA a 2 MVA	UN		28.055,00	28.055,00
01.17	Projeto executivo				
01.17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1	UN		3.624,60	3.624,60
01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN		4.900,14	4.900,14
01.17.051	Projeto executivo de estrutura em formato A1	UN		2.658,26	2.658,26
01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN		3.637,02	3.637,02
01.17.071	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1	UN		1.141,18	1.141,18
01.17.081	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A0	UN		1.519,09	1.519,09
01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN		1.267,26	1.267,26
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN		1.757,15	1.757,15
01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN		2.439,23	2.439,23
01.17.161	Projeto executivo de climatização em formato A0	UN		3.324,97	3.324,97
01.17.171	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A1	UN		2.105,98	2.105,98
01.17.181	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A0	UN		2.722,06	2.722,06
01.20	Levantamento topográfico e geofísico				
01.20.010	Taxa de mobilização e desmobilização de equipamentos para execução de levantamento topográfico	TX	1.175,04		1.175,04
01.20.280	Levantamento planimétrico de área pavimentada para veículo e pedestre	M2	0,06	0,18	0,24
01.20.691	Levantamento planimétrico cadastral com áreas ocupadas predominantemente por comunidades - área até 20.000 m ² (mínimo de 3.500 m ²)	M2	0,42	0,59	1,01
01.20.701	Levantamento planimétrico cadastral com áreas ocupadas predominantemente por comunidades - área acima de 20.000 m ² até 200.000 m ²	M2	0,34	0,46	0,80

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO
DO ESTADO DE SÃO PAULO
BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS
RELATÓRIO DE INSUMOS

Versão 198

Data Base: MAIO/25

Referência	Descrição do Insumo	Unidade	Custo (R\$)
B.01.000.010146	Servente	H	9,95
B.01.000.010148	Soldador	H	14,51
B.01.000.010160	Ajudante de topógrafo	H	9,95
B.01.000.010185	Topografo	H	20,92
B.01.000.010186	Vidraceiro	H	14,51
B.01.000.010187	Desenhista	H	18,65
B.01.000.010195	Ajudante de esgoteiro	H	9,95
B.01.000.010197	Oficial de eletrificação	H	24,93
B.01.000.010198	Técnico equipamentos informática	H	17,97
B.01.000.010506	Montador	H	17,95
B.01.000.010507	Montador eletromecânico	H	34,62
B.01.000.020112	Coordenador de projetos	H	165,61
B.01.000.020113	Arquiteto junior	H	55,36
B.01.000.020114	Arquiteto senior	H	66,93
B.01.000.020115	Engenheiro junior de civil	H	58,30
B.01.000.020116	Engenheiro junior de elétrica	H	62,19
B.01.000.020117	Engenheiro junior de mecânica	H	52,49
B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	H	97,74
B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	98,13
B.01.000.020120	Engenheiro senior de mecânica	H	124,48
B.01.000.020121	Projetista pleno - nível técnico	H	53,93
B.01.000.020122	Desenhista pleno/cadista	H	24,97
B.02.000.020508	Cimento CII-E-32 (sacos de 50 kg)	KG	0,61
B.02.000.020509	Cimento branco comum (sacos de 20 kg)	KG	2,77
B.02.000.020529	Massa (só material) cor marfim, Classic Spray HD da Argamont ou equivalente	KG	2,33
B.02.000.026680	Adesivo estrutural à base de resina epoxi de alta viscosidade; ref. Tecbond TIX da Quartzolit ou equivalente	KG	47,81
B.02.000.028016	Adesivo de alto desempenho (embalagem em balde de 18 kg); ref. Bianco Vedacit da Otto Baumgart, Biancola PVA da Ciplak ou equivalente	KG	17,07
B.02.000.034597	Argamassa com resistência química, térmica e vibração, para áreas com altas temperaturas até 300°C, ref. Argamassa Kitchen ou equivalente	KG	25,46
B.02.000.037043	Massa para vidro comum branca e/ou cinza	KG	6,76
B.02.000.037501	Massa plástica para mármore e granito	KG	42,24
B.02.000.038504	Argamassa polimérica do tipo Anchortec Anchormassa 52 da Fosroc, Denvertec 700 da Denver, ou equivalente	KG	4,60
B.02.000.039024	Argamassa polimérica impermeabilizante, referência Sikatop 100, Tec Plus Top da Quartzolit Weber ou equivalente	KG	2,87
B.02.000.039026	Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimentos aditivados com reforço em tela poliéster; ref. Viaplus 5000 da Viapol ou equivalente	KG	11,28
B.02.000.039027	Rejunte flexível cores diversas, para áreas interna e externa, pisos e paredes, juntas de 2 a 10 mm	KG	7,26
B.02.000.039028	Rejunte antiácido bicomponente, à base de resina furânica, para rejuntamento de placas cerâmicas anticorrosivas, ref. comercial Resilit FN da Resinar, rejunte furânico da Gail ou equivalente	KG	27,89
B.02.000.039031	Argamassa colante industrializada para assentamento, uso interno, tipo AC-I, conforme NBR 14081	KG	0,86
B.02.000.039032	Argamassa colante industrializada flexível, para assentamento de placas cerâmicas em áreas internas e externas, tipo AC-II, conforme NBR 14081, ref. comercial Ligamax Gold Extra fabricante Eliane ou equivalente	KG	1,70
B.02.000.039033	Argamassa industrializada colorida, para assentamento e rejuntamento de pastilhas cerâmicas, porcelana/vidro, bloco de vidro, interno e externo, e= 3 a 6 mm	KG	8,58
B.02.000.039041	Rejunte sintético anticorrosivo tricomponente, à base de resina epóxi, para rejuntamento de placas cerâmicas antiácidas de uso industrial, ref. comercial Resilit E da Resinar, Rejunte Epóxi Anticorrosivo da Gail ou equivalente	KG	25,11
B.02.000.039042	Argamassa química bicomponente, alta resistência química, térmicas e vibrações, Argamassa AC-III-E da Gail	KG	8,38

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº: XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 159333/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

VALOR: R\$ 00.000,00

Aos.....dias do mês de do ano de....., a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA**, com sede na cidade de Olímpia/SP, na Praça Rui Barbosa, nº 54, Patrimônio de São João Batista, CEP: 15400-081, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.596.151/0001-55, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Secretário(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de de de, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 159333/2025**, em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.039, de 31 de janeiro de 2024** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA RELACIONADOS A ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA RELACIONADOS A ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA ATENDER ÀS	2.01.0 5.0212 -9	SV – SERVIÇO	1		

	NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP.					
--	--	--	--	--	--	--

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do CONTRATADO;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.6. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.7. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.8. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.9. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.10. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.11. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Regime de Execução:

- 3.1.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

3.2. Condições de execução:

- 3.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 3.2.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato;

- 3.2.1.2. A descrição da quantidade dos projetos elétricos e de horas de consultoria a serem contratadas estão descritas na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD
1	01.17.111 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	45
2	01.17.121 - Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	12
3	Engenheiro sênior de elétrica mais encargos sociais	H	880

3.2.1.3. Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras.

3.2.1.4. O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com as normas ABNT NBRs aplicáveis ou no padrão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes.

3.2.1.5. Apresentados conforme relação abaixo:

3.2.1.6. Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AutoCAD, em sua versão mais recente, ou por programas que possuam recursos de modelagem BIM, tais como Revit, e apresentados da seguinte forma:

3.2.1.7. Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para a execução do projeto executivo;

3.2.1.8. A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão .dwg, .BIM ou Revit, a critério da contratante.

3.2.1.9. Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WORD ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

3.2.1.10. Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;

3.2.1.11. Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls.

3.2.1.12. O item não contempla fator K e BDI.

3.2.1.13. Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Divisão de Projetos e Obras Públicas da Secretaria Municipal de Obras.

3.2.1.14. O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com as normas ABNT NBRs aplicáveis ou no padrão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A0; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes.

3.2.1.15. Apresentados conforme relação abaixo:

3.2.1.16. Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AutoCAD, em sua versão mais recente, ou por programas que possuam recursos de modelagem BIM, tais como Revit, e apresentados da seguinte forma:

3.2.1.17. Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, para a execução do projeto executivo;

3.2.1.18. A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão .dwg, .BIM ou Revit, a critério da contratante.

3.2.1.19. Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WORD ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

3.2.1.20. Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;

3.2.1.21. Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls.

3.2.1.22. O item não contempla fator K e BDI.

3.2.2. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 48 horas após a entrega da Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Engenharia.

3.2.3. É responsabilidade da contratada informar a previsão de conclusão dos serviços para fins de planejamento da secretaria.

3.2.4. O local de entrega dos serviços será determinado pela contratante conforme demanda dos serviços solicitados.

3.2.5. Os projetos deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, e caso necessário, devem ser modificados quantas vezes for, conforme as condições reais estabelecidas pela Prefeitura e demais órgãos na esfera municipal, estadual e federal, responsáveis pelas devidas aprovações.

3.2.5.1. Para cada serviço solicitado, a Contratada deverá apresentar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, em conformidade com a legislação vigente. Deverão ser entregues, ainda, o memorial descritivo, memorial de cálculo, plantas e projetos básicos/executivos (em formato DWG, Revit ou BIM), bem como a planilha orçamentária sintética e analítica correspondentes. Por fim, deverá ser apresentado o Cronograma Físico-Financeiro específico da obra, contemplando as etapas de execução, prazos e desembolsos previstos, quando solicitado.

3.2.5.2. O prazo máximo para entrega de cada escopo/projeto solicitado será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação formal enviada por e-mail pela Contratante. A solicitação concomitante de mais de um escopo/projeto não alterará o prazo estipulado, permanecendo 10 (dez) dias úteis para cada um. Dependendo da complexidade do objeto, a Contratada poderá solicitar prazo adicional, igual ao inicialmente previsto, mediante justificativa e concordância da Contratante.

3.2.5.3. Até três (03) revisões para fins de compatibilização do projeto/escopo deverão ser realizadas sem quaisquer custos adicionais à Contratante, desde que não impliquem alterações no projeto arquitetônico.

3.2.5.4. Todo projeto/escopo de reforma ou ampliação deverá, obrigatoriamente, ser precedido de visita técnica in loco, a ser realizada pela Contratada, visando à verificação detalhada das condições do local, identificação de possíveis restrições e interferências, bem como à obtenção de informações necessárias para a elaboração adequada do projeto. O não cumprimento desta exigência não eximirá a Contratada de suas responsabilidades técnicas.

3.3. Local e horário da prestação dos serviços:

3.3.1. As condições e os prazos para que sejam apresentados os projetos, serão estabelecidos para cada um conforme necessidade e nível de urgência definido pelo poder público municipal. Na maioria dos casos a prestação de serviço de consultoria técnica será presencial, no entanto ela não necessariamente precisa ocorrer no âmbito da consultoria, devendo, entretanto, a CONTRATADA visitar os locais para os quais se destinam os projetos. Sendo os equipamentos, deslocamentos e demais custos referentes a sua prestação correrão às custas da contratada.

3.4. Modelo de gestão do contrato:

3.4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.4.6. Fiscalização:

3.4.6.1. O fiscal deverá acompanhar o contrato e fiscalizar a entrega dos projetos pertinentes a Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.4.6.2. O fiscal deverá acompanhar o contrato e fiscalizar a entrega dos projetos, principalmente de iluminação pública, pertinentes a Divisão de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.4.6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.4.6.4. A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

3.4.6.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.5. Gestor do Contrato:

3.5.1. O gestor deverá acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

3.5.2. A gestão do observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

3.5.3. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Divisão de Gestão e Logística para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 00.000,00 (Valor por extenso)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

Não produzir os resultados acordados,

Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Projetos executivos: medição por unidade, com pagamento condicionado à entrega completa do projeto, em formato A1 ou A0, acompanhado de memorial descritivo, quantitativos, orçamento e aprovação da concessionária (quando exigida), aceitos pela fiscalização da Secretaria de Obras;

Horas técnicas de Engenheiro Sênior: medição mensal, com base em relatórios de atividades devidamente assinados pelo profissional responsável e validados pelo fiscal do contrato, comprovando a efetiva prestação dos serviços.

Somente serão autorizados pagamentos para serviços/projetos entregues com qualidade satisfatória, devidamente conferidos e aceitos pela fiscalização. Projetos ou serviços entregues em desacordo com as exigências contratuais estarão sujeitos a glosa, retenção ou reapresentação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

Do recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is), mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 21, X e 22, VII do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 21, X, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 22, VII, Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos

que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is), no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, VIII, do Decreto Municipal nº 8.720, de 2023).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente à Divisão de Suprimentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos oficiais.

Prazo de pagamento:

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Decreto nº 9.393, de 09 de Janeiro de 2025.

Forma de pagamento:

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do **orçamento estimado, em XX/XX/2025**.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e os estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo

CONTRATADO;

estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e dos estabelecidos em edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da

proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- (1) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, 0,5% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- (3) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (4) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- (5) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento).

(6) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

(7) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

(8) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

12.7. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e

julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Das indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

O CONTRATANTE poderá ainda:

nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade:
- II) Fonte de Recursos:
- III) Classificação Funcional:
- IV) Elemento de Despesa:
- V) Dotação:

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Fica determinado como gestor do contrato o servidor Sr. Flávio Augusto Santinon, Engenheiro Especialista, e-mail: fasantinon@olimpia.sp.gov.br, (17) 3279-4860 e para fiscalizar o contrato ficará a cargo da Sra. Patrícia Aguiar Banhato, Engenheira Civil, e-mail: pabanhato@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860 e o Sr. Wellington Rodrigo Corrêa Balbo, Engenheiro Eletricista, e-mail: wrbalbo@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3279-4860.

Estes servidores deverão fiscalizar e acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, consoante do disposto no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Olímpia como único competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

OLÍMPIA, de de 202.....

REPRESENTANTE LEGAL
SECRETARIA MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL
RAZÃO SOCIAL

**ANEXO III – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA

CONTRATADO:

CONTRATO N°: XX/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA RELACIONADOS A ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Olímpia/SP, XX de XXXXX de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO DE PARECERES JURÍDICOS:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA/SP

CNPJ Nº: 46.596.151/0001-55

CONTRATADO:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº: XXX/2024

DATA DA ASSINATURA: XX/XX/2024

VIGÊNCIA: (.....) MESES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA RELACIONADOS A ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA/SP.

VALOR: R\$

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Olímpia/SP, de de 2025.

Secretário (a):
Secretário (a) Municipal de
e-mail:

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2025**

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, da Prefeitura da Estância Turística de Olímpia/SP, **APRESENTA**, sob as penas da lei:

a) Declaração Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Declaração não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Declaração não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;

h) Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial;

i) Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;

j) Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente processo administrativo;

k) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do

Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

l) Declaração que apresentará, no momento da assinatura do contrato, relação da equipe técnica especializada e disponível para a realização do objeto desta licitação, incluindo o profissional qualificado que comprove a sua capacitação técnica.

m) Declaração que apresentará, no momento da assinatura do contrato, relação das instalações, aparelhamento e equipamentos, que serão utilizadas para a execução dos serviços.

n) Declaração de que examinou todos os Anexos elaborados pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura da Prefeitura do Município, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra.

o) Declaração de disponibilidade da equipe técnica e do profissional, que se responsabilizará pelos trabalhos.

p) Declaração preenchida em papel timbrado da licitante e assinada por seu representante legal, de que cumpre com as normas vigentes relacionados a elaboração de projetos de instalações elétricas.

q) Declaração que, atende as regras e normas ABNT, na legislação específica

Olímpia, de de 2025.

Nome e assinatura do representante legal _____

CPF nº.....

E-mail: